

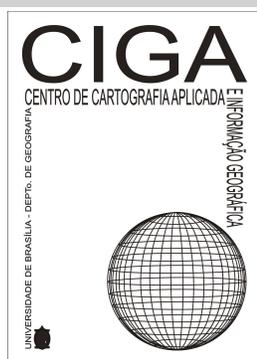
Artigo

A ÁFRICA BRASILEIRA – ESPAÇOS GEOGRÁFICOS DA DIÁSPORA & DO CANDOMBLÉ

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

p. 33-48

revista



T - T - T

Revista Eletrônica:
Tempo - Técnica - Território,
V.3, N.2 (2012), 33:47
ISSN: 2177-4366

DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v3i2.15441>

Como citar este artigo:

ANJOS, R. S. A. A ÁFRICA BRASILEIRA – ESPAÇOS GEOGRÁFICOS DA DIÁSPORA & DO CANDOMBLÉ Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.3, n.2 (2012), p. 33:47 ISSN:2177-4366 DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v3i2.15441>

Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/viewFile/159/122>

Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

A ÁFRICA BRASILEIRA – ESPAÇOS GEOGRÁFICOS DA DIÁSPORA & DO CANDOMBLÉ

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território (GEOAFRO)

Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica

Depto. de Geografia – Universidade de Brasília – Campus Universitário – Asa Norte –

Brasília – Distrito Federal – Brasil. CEP.70.910-900 E-mail: cartografia@unb.br

Sites: www.unb.br/ih/ciga/ / www.rafaelsanziodosanjos.com.br

RESUMO: Uma das questões estruturais relacionada à cultura africana no Brasil que continua merecendo investigação e conhecimento, está relacionada aos aspectos historiográficos e geográficos da formação, distribuição e resistências no espaço e da população de ancestralidade na África do território brasileiro. O *paper* resgata as principais referências da diáspora África-América-Brasil e configura a expressão espacial de alguns terreiros de candomblé na cidade de Salvador - Bahia. O pensamento social preconceituoso e o desconhecimento da população do país, no que se refere ao continente africano, continuam sendo um dos entraves estruturais para uma perspectiva real de respeito às diferenças étnicas, sobretudo as territorializadas, assim como, a criação no setor decisório, das condições necessárias para a implementação de políticas públicas mais articuladas e eficazes.

Palavras Chave: Geografia Afro-Brasileira, Território Étnico; População de matriz africana; Candomblé; Cartografia africana; Diáspora África-Brasil.

ABSTRACT: *One of the structural issues related to the African culture in Brazil that still deserves investigation and knowledge is related to the historiographic and geographic aspects of formation and distribution of the African descendent population in the Brazilian territory. This paper rescues the main references of the Africa-America-Brazil Diaspora and sets the spatial expression of some candomblé terreiros in the city of Salvador - Bahia. The social thinking bigoted and ignorance of the population, with regard to Africa, remain one of the structural impediments to a real prospect of ethical respect for differences, especially the spatial distribution, as well as the creation in the sector decision-making conditions necessary for the implementation of public policies most articulate and effective*
Key Words: African-Brazilian Geography; Ethnic Territory; African matrixed population; Candomblé; African Cartography; Africa-Brazil Diaspora.

INTRODUÇÃO

O Brasil é a unidade política contemporânea que registra as maiores estatísticas de importação forçada de contingentes populacionais africanos ao longo dos séculos XVI a XIX. Dessa forma, o território africano é um componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel da população de ascendência africana na sociedade brasileira. Por isso mesmo, se fazem necessário, interpretações mais consistentes das origens das suas populações nos primórdios da suas formações; de um melhor entendimento e representação da dinâmica desta diáspora no espaço e uma melhor configuração da sua identidade territorial ancestral. Apesar dessa referência histórica da matriz africana presente no país, a incorporação verdadeira, o respeito e o espaço da cultura africana no Brasil, continua sendo uma das questões estruturais do país, que ainda merece investigação, conhecimento e ação. Nesse sentido, as demandas para compreensão das complexidades da dinâmica da nossa sociedade são grandes e existem poucas disciplinas mais bem colocadas do que a geografia e a cartografia para auxiliar na representação e interpretação das inúmeras indagações desse momento histórico.

A geografia é a ciência do território e este componente fundamental, a terra, o terreiro num sentido amplo, continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta as marcas da historicidade espacial; do que está acontecendo, isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração geográfica atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo. O território é na sua essência um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente, o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Não podemos perder de vista que a geografia é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço. A geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial.

Os mapas, por sua vez, são as representações gráficas do mundo real, se firmam como ferramentas eficazes de interpretação e leitura do território, possibilitando revelar

a

territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço e, justamente por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Estes possibilitam revelar graficamente o que acontece na dinâmica do espaço e tornam-se cada vez mais imprescindíveis, por constituírem, uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução, a explicação e de pistas para a tomada de decisões e soluções dos problemas. Não podemos perder de vista que um mapa não é o território, mas que nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do território.

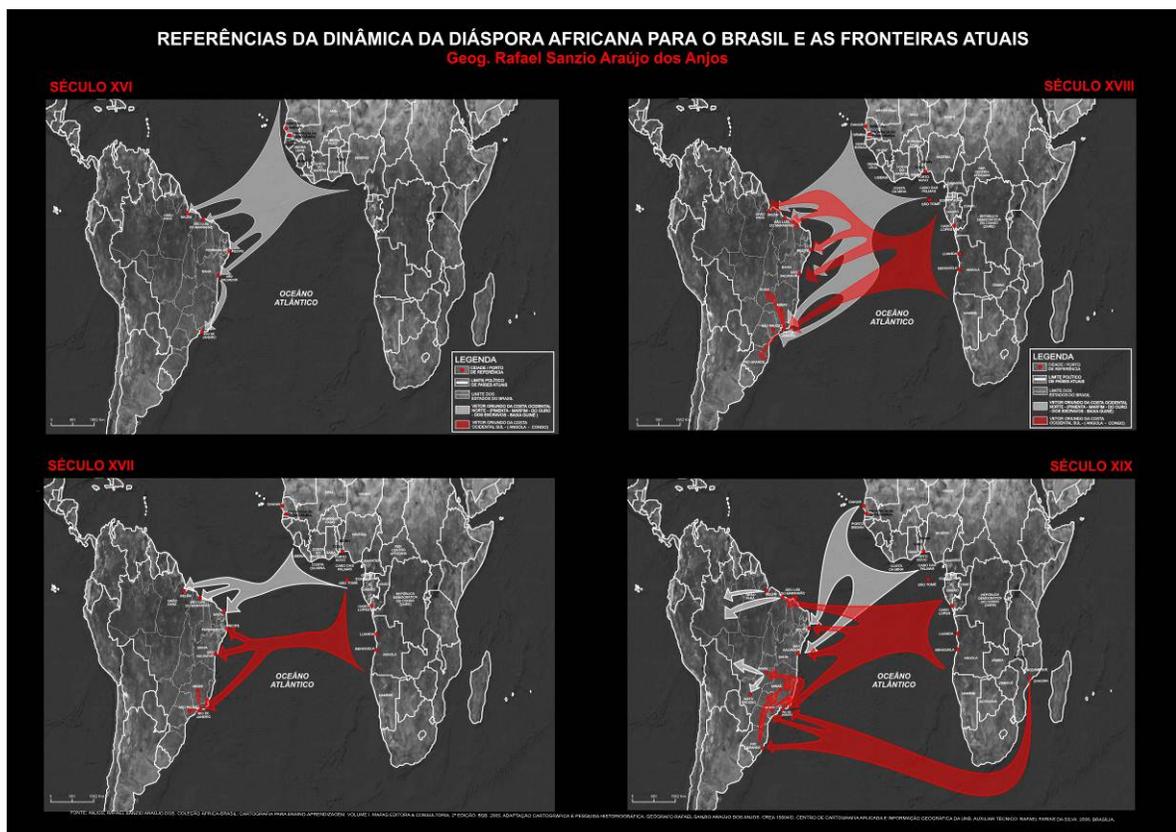
Neste *paper* buscamos auxiliar na ampliação das informações sobre os deslocamentos seculares África-América-Brasil e as territorialidades dos terreiros de resistência religiosa africana, particularmente o candomblé, tomando como exemplo a cidade de Salvador na Bahia. Este trabalho faz parte de uma das etapas operacionalizadas no **Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação & Planejamento do Território**, em desenvolvimento no Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Com essas referências buscamos contribuir efetivamente para a ampliação do conhecimento e a continuidade das discussões, onde a questão étnico-racial no Brasil seja tratada com mais seriedade.

1. OS DESLOCAMENTOS ÁFRICA – BRASIL – UMA INTRODUÇÃO

O movimento histórico das grandes navegações, deve ser entendido como uma conseqüência direta do processo geográfico de dominação territorial desenvolvido, amadurecido e implementado pelo continente europeu. O horizonte geográfico das terras emersas vai ser ampliado de forma significativa pelos novos encontros de culturas, identidades e territorialidades. Como resultado, o mapa do mundo vai ser profundamente modificado nos séculos XV, XVI, XVII, XVIII E XIX, sobretudo pelos novos territórios a ele incorporado e as “novas” fronteiras constituídas e impostas. Este período da história dos seres humanos vai se caracterizar por uma nova fase de relações entre estes e a natureza. Os trópicos eram vistos pelo europeu como um mundo que poderia lhe oferecer um conjunto de produtos que não existiam no seu continente e esta estratégia representava um estímulo à política mercantilista, ao desenvolvimento do capitalismo comercial e ao fortalecimento do Estado.

É importante lembrar que o conceito geográfico de diáspora tem haver com a referência

de dispersão de uma população e das suas matrizes culturais e tecnológicas. Ao longo da história podemos identificar a construção de territórios pela mobilidades das migrações, tanto de forma voluntária quanto das migrações forçadas. Na África, podemos caracterizar alguns destes grandes movimentos demográficos, a começar pela primeira diáspora, que corresponde ao processo espacial milenar de povoamento e ocupação do próprio continente e, posteriormente, para outras terras emersas do mundo. O fenômeno espacial que abordamos, nesta oportunidade está ligado aos séculos de deslocamentos, geralmente, denominado, “tráfico negreiro” para a América (Novo Mundo), fruto de longos períodos de migração forçada do continente africano, contexto propulsor do sistema escravista e base fundamental do capitalismo primitivo. A sequência dos mapas temáticos mostra uma representação gráfica das referências territoriais de origem na África nos quatro séculos do tráfico de populações e desestruturação de sociedades e Estados.



Algumas considerações geográficas da população oriunda da África Sub-Saariana com registros no Brasil são temas tratadas no item a seguir.

2. AS REFERÊNCIAS PRECÁRIAS DA DISTRIBUIÇÃO DA

POLULAÇÃO AFRICANA E AFROBRASILEIRA NO TERRITÓRIO DO BRASIL COLONIAL

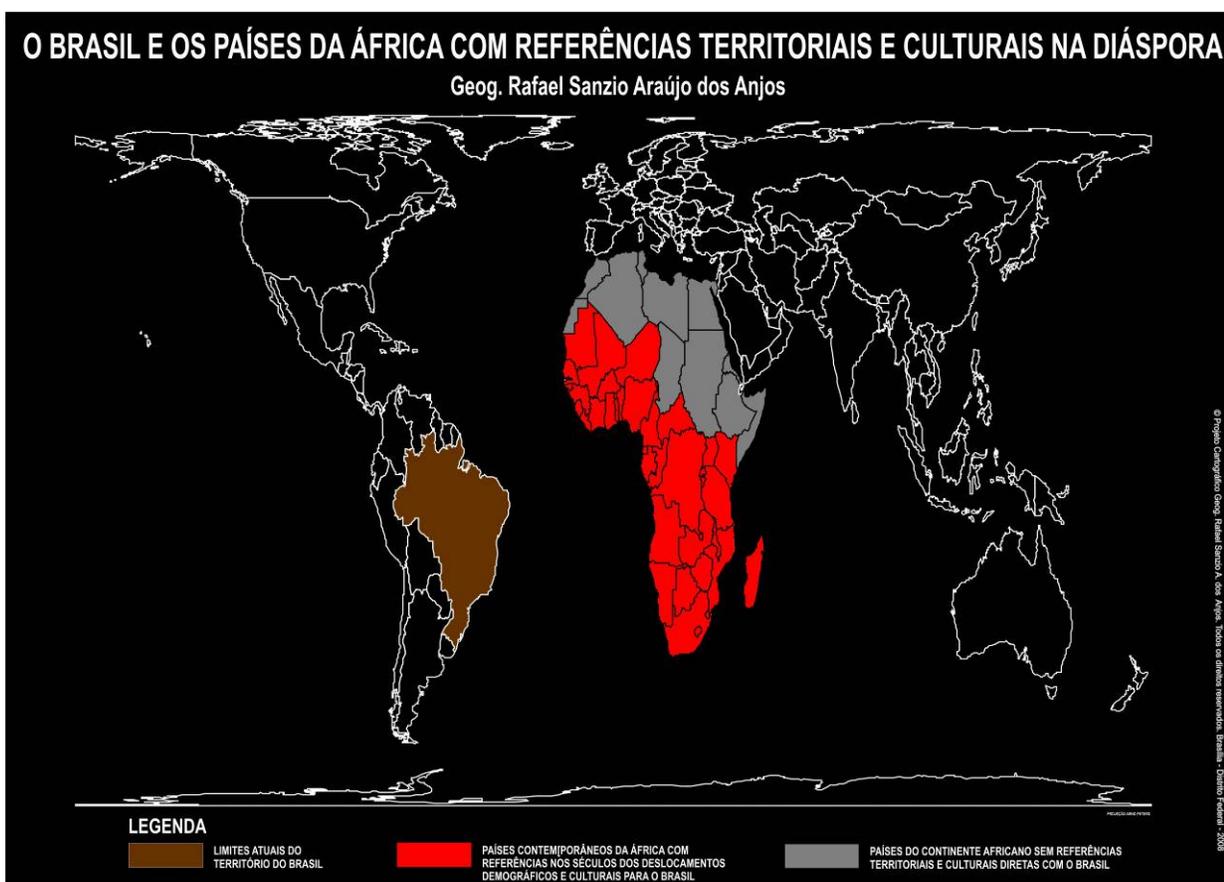
O processo de pulverização das distintas matrizes africanas nas extensões do território colonial tinha, também, como estratégia, dificultar a organização, extinguir a língua de origem e impossibilitar a continuidade das culturas, ou seja, foram criados dispositivos reais para que as populações oriundas da África perdessem as suas referências identitárias e, por conseguinte, houvesse uma diluição da identidade étnica africana no Brasil. São “trazidos” para constituir a formação, a expansão e a ocupação efetiva do território brasileiro seres humanos: Minas, Congos, Ombundos, Bacongos, Ovibundos, Monjolos, Balundos, Jejes, Angolas, Anjicos, Lundas, Quetos, Hauças, Fulas, Ijexás, Jalofos, Mandingas, Anagôs, Fons, Ardas, dentre muitos outros, que possibilitaram o que podemos simplesmente denominar de afro-brasileiros, brasileiros de matriz africana ou população de ascendência africana. Por exemplo, as populações de matriz Bantu, com origem na África Central e os Iorubás, também denominados, Nagôs, oriundos da África Ocidental apresentam registros e características relevantes no cotidiano do “Brasil Real”.

O país sabe com clareza que, no período entre 1871 e 1920, 3.390.000 imigrantes europeus chegaram ao país, dos quais: 1.373.000 eram italianos; 901.000, portugueses e 500.000, espanhóis. Muitos europeus no Brasil vão ocupar territórios onde já estavam estabelecidas populações africanas ou de seus descendentes, como, por exemplo, a ocupação de imigrantes italianos (1880) no sítio de Sapucaí, na região do grande Quilombo do Campo Grande, na antiga Província de Minas Gerais. É importante notar que esse número se aproxima dos quase 4.000.000 africanos que foram retirados de seu habitat natural e trazidos para o Brasil oficialmente entre 1520 e 1850. Isso porque as referências espaciais, temporais e quantitativas do período clandestino do tráfico ainda estão para serem caracterizados pela historiografia brasileira.

Esse é mais um fator geográfico que colabora para a falta de uma referência ancestral de origem da população brasileira de referência africana, com interferências profundas na sua cidadania e no sentimento de pertencimento territorial. Afirmar para esse contingente que os seus antepassados foram “trazidos” do continente africano é vago, sem consistência, desrespeitoso, quando se trata de uma extensão com mais de 30.000.000 Km², com contextos territoriais de centenas de antigos reinos, impérios e grupos étnicos

desconhecidos da historiografia oficial do país. Essa demanda secular, que possibilitaria uma ligação espacial mais referenciada e mais precisa na África, continua sem resposta satisfatória e nem perspectiva de solução institucional. Dessa forma, um dos grandes desafios das pesquisas territoriais destinadas à diáspora africana está no silêncio das estatísticas do tráfico e na identificação da referência territorial, portanto, do lugar de origem dos grupos de africanos que entravam no Brasil. As línguas e as religiões de matriz africanas são referências das sobrevivências seculares que conseguiram se manter no território e nas relações sociais, apesar da repressão e da discriminação institucionalizada.

É importante destacar que as populações africanas sub-saariana não foram responsáveis



somente pela ocupação efetiva do território brasileiro e pela mão-de-obra, eles marcaram e marcam, de forma irreversível, a nossa formação social, tecnológica, demográfica e cultural que, ao longo desses séculos, foi preservada e recriada, mesmo com as políticas contrárias do sistema. Vários setores da população brasileira contemporânea são vítimas de discriminação e preconceitos de toda a ordem. Entre os tipos de discriminação, a étnica,

que atinge particularmente o contingente de ascendência africana no país, é sem dúvida a de maior extensão social e territorial, devido à grande expressão demográfica. Se tomarmos como exemplo, os espaços do candomblé nas metrópoles coloniais (São Salvador de Bahia, São Luis do Maranhão, São Sebastião do Rio de Janeiro, Belém do Pará, dentre outras), os registros dos terreiros mais antigos estão nas periferias urbanas e, com raras exceções, nas áreas centras e valorizadas da cidade. Este fato espacial é um revelador do processo real de exclusão e “invisibilidade” de uma das mais significativas referências da diáspora africana no Brasil, a territorialidade da resistência religiosa. Se verificarmos os espaços seculares de muitas destas sobrevivências na dinâmica do crescimento e transformações urbanas, alguns aspectos geográficos podem ser detectados, como por exemplo:

1. O padrão tipológico mais uniforme, ou seja, os tipos de habitações populares com morfologia de pouca variação (altura das edificações), revelam uma unidade socioeconômica nas comunidades, fato que minimiza o conflito na relação riqueza-pobreza. Componente espacial que “agrega” à territorialidade urbana;
2. A alta densidade espacial das construções (casas geminadas, lotes pequenos e com quase nenhuma área verde) mostra a possibilidade de correspondência no número alto de habitantes (7-8 pessoas ou mais) por habitação. Este aspecto é importante no fortalecimento da comunidade nas suas demandas estruturais. Não são espaços “frios-isolados-solitários” como nas áreas das grandes residências da classe alta. ;
3. Os espaços verdes que se permanecem no espaço dos terreiros mais antigos e no seu entorno, apontam para a importância dos mesmos na preservação e manutenção ambiental das áreas urbanas, sobretudo, nas periféricas, mais excluídas dos investimentos de infraestrutura na cidade;
4. Pela questão topográfica e religiosa, alguns sítios estão em uma encosta que se encontra (ou encontrava) com um elemento hidrográfico (rio, riacho, córrego, lagoa, lago, barragem, etc). Alguns destes vales viraram avenidas e sua hidrografia foi retificada e canalizada, ou seja, os seus cursos naturais não existem mais e nem a acessibilidade pelos terreiros, com exceção dos que conseguiram manter e resistir à pressão e desfiguração da paisagem pela urbanização.

No item a seguir são mostramos algumas imagens cartográficas da territorialidade do Candomblé em Salvador, onde os aspectos citados acima pode ser verificados.

3. TERREIROS DE CANDOMBLÉS VISTOS DE CIMA: EXEMPLOS NA CIDADE DE SALVADOR - BAHIA

Inicialmente, peço licença e permissão a todos os Orixás dos Terreiros de São Salvador da Bahia, mostrados nesta parte do *paper*, preconizando que as informações espaciais possam servir para engrandecer e ampliar a respeitabilidade pelas matrizes africanas no Brasil. Peço ainda a benção das Sacerdotizas e dos Sarcedotes por estar revelando esta “Cartografia dos Candomblés”, negligenciada e desprezada por tantos séculos pelo sistema dominante, sobretudo pela mitificação do espaço sagrado africano no Brasil. Lembro que uma parte significativa do “medo” é devido à falta de informação. E a falta de informação gera preconceito e este é um dos desafios principais do Brasil Africano Contemporâneo: informar para minorar os medos e conseqüentemente, “diluir” as forças preconceituosas e garantir as sobrevivências e resistências seculares. Esta referência nos auxilia a compreender porque tantas resistências a inserção completa da população de matriz africana no “Brasil Incluído”. A prática secular de mater a África Brasileira no “Brasil Excluído” tem bases construídas e solidificadas no “Brasil Colonial” e, portanto, um Estado atrasado, ou seja, com uma mentalidade estreita da sua sociedade complexa.

As imagens aéreas são poderosas porque mexem com o “olhar viciado” do nosso cérebro, habituado a uma visão horizontal. A tomada vertical (como se fosse de um avião ou helicóptero), possibilita a descoberta e identificação de novos elementos no território e, por sua vez uma compreensão mais completa e mais ampla do espaço conhecido e vivido. Esta é uma referência precária da nossa cidadania. Todos deveriam comhecer e saber ler bem os mapas e as imagens espaciais do espaço geográfico. Esta exclusão faz parte das estratégias colonias sobreviventes de restrição ao conhecimento do território pela sociedade, no sentido largo.

Poderia usar como exemplo neste item qualquer uma das grandes cidades brasileiras com herança colonial escravagista. As matrizes africanas religiosas estão presentes em todas elas, sem excessão. Preconizamos não realizar análises exaustivas das imagens, sobretudo para não correr o risco de ser restritivo na gama de leituras que estão possibilitados os espaços dos Terrieros de Candomblés.



(ESTA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA PODERIA OCUPAR DUAS PÁGINAS DO LIVRO PARA SER POSSÍVEL A IDENTIFICAÇÃO DOS DETALHES URBANOS E DO TERREIRO)

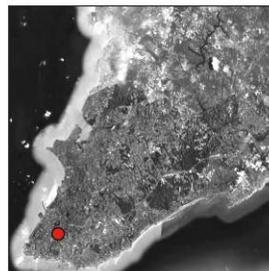
CANDOMBLÉ ILÊ IYA OMIN AXÉ IYAMASSÊ - TERREIRO DO GANTOIS SALVADOR - BAHIA - BRASIL



LEGENDA



LIMITE DA ÁREA DE
PROTEÇÃO CULTURAL
E PAISAGÍSTICA - TERREIRO
DO GANTOIS



PROJETO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO BY GEOG. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS - CREA 15604/D. PROJETO GEOGRAFIA AFRO-BRASILEIRA. CENTRO DE CARTOGRAFIA APLICADA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (CIGA) DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. APOIO TÉCNICO: RODRIGO DE OLIVEIRA VILELA. BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL- BRASIL. 2012. IMAGEM TERRAMETRICS E DIGITAL GLOBE/GEOEYE. PASSAGEM EM NOVEMBRO DE 2010.
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SEPLAM - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. FMLF - FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. CONDER - BASE CARTOGRÁFICA SICAR - 1992. BASES GRÁFICAS EDITADAS DA PREFEITURA DE SALVADOR.

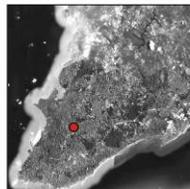
CANDOMBLÉ DO AXÉ OPÓ AFONJÁ - SALVADOR - BAHIA - BRASIL



LEGENDA



LIMITE DA ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL
E PAISAGÍSTICA - AXÉ OPÓ AFONJÁ



FONTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. SERLAM - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. F.M.L.F. - FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA. CONDER - BASE CARTOGRÁFICA SICAR - 1992. BASES GRÁFICAS EDITADAS DA PREFEITURA DE SALVADOR.

PROJETO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO BY GEOG. RAFAEL SANJO ARAUJO DOS ANJOS - CREA 15604/D. PROJETO GEOGRÁFICO AFRO-BRASILEIRA. CENTRO DE CARTOGRAFIA APLICADA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (CIGAI) DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. APOIO TÉCNICO: RODRIGO DE OLIVEIRA VIEIRA. BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL - BRASIL, 2012. IMAGEM TERMMÉTRICAS E DIGITAL GLOBE/GEOEYE. PASSAGEM EM NOVEMBRO DE 2010.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos o seguinte:

- As estatísticas apontam o Brasil como a segunda maior nação negra do planeta e é com relação a essa população que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afro-brasileiras. Não é possível mais esconder que temos diferenças sociais, econômicas, territoriais seculares e estruturais, para as quais os "remédios" ainda estão chegando e os assuntos são empurrados para um outro dia, para a próxima semana, no mês que vem, no próximo ano, que nunca chega. E os séculos estão passando! Dessa maneira, ser descendente do continente africano no Brasil, secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência humana, um esforço adicional para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser – estar inserido. É uma luta secular contra a exclusão territorial, social e econômica;
- A questão do desconhecimento da população brasileira no que se refere ao continente africano é um entrave para uma perspectiva real de respeito amplo pelas diferenças étnicas no país. Não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos criados pelo sistema a inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira, está a inferiorização desta no ensino. Esse contexto somente poderá mudar com uma política educacional mais agressiva (não estamos tratando de violência, mas expressão política na ação) e com o foco direcionado para desmistificar o continente africano para a população do Brasil. O (a) brasileiro (a) não pode mais ficar achando que a África é um país; nem tão pouco achar que somente existem doenças; seres humanos e culturas primitivas; espaços para safári e animais exóticos, etc. O dano principal dessa informação errônea é auxiliar na manutenção de uma população preconceituosa às referências africanas e ser feita uma associação imediata aos afro-brasileiros e afro-brasileiras. Este é um ponto estrutural para um processo de mudança, onde o ser humano brasileiro de ascendência africana seja, de fato, mais respeitado no sistema. Uma parte grande do

problema continua sendo, a desinformação, ou seja, a posição da África, geralmente um dos últimos continentes nos compêndios escolares e oficiais, precisa ser alterado;

- Outro ponto estrutural, ainda dirigido ao setor decisório do país, se refere à criação das condições necessárias para a realização de um censo demográfico mais realista e que retrate melhor a diversidade étnica brasileira. Este tema é complexo, porque significa mudar os métodos de aferição da população e, por conseguinte, a possibilidade de registro oficial de um “Brasil Africano” até então sem evidência e “invisível”;
- Tomamos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que com o auxílio da ciência e da tecnologia, que temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração, de forma estrutural, das situações das populações do “Brasil Africano”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, R. S. A. “ A África, a geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil. *Revista Palmares em Ação*. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MINc. Ano 1 No.2 : 56-66, 2002

_____. “Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem”.
Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2ª. Edição. 2005 – BsB - DF.

ANJOS, R.S.A & CYPRIANO, A. “Quilombolas – tradições e cultura da resistência”. Aori Comunicações. Petrobras, 2006. São Paulo, 240 p.’’

ANJOS, R.S.A. Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem. Volume II
Brasília: Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2007.

_____. África-Quilombos-Brasil: Atlas Geográfico. Relatório Final de Pós-Doutorado em Cartografia Étnica. Universidade de Brasília - GEA - CIGA / CNPQ / Museu Real da África Central MRAC - *Tervuren*. Bruxelas - Bélgica, 2008.

_____. Quilombos: Geografia Africana-Cartografia Étnica-Territórios Tradicionais.
Mapas Editora & Consultoria, 190p. Brasília, 2009

_____. Territorialidade Quilombola: Fotos & Mapas / Quilombola Territoriality:

Photos & Maps. Mapas Editora & Consultoria., 124 p. Brasília, 2011

_____ Geopolítica da Diáspora África-América-Brasil. Séculos XV-XVI-XVII-XVIII-XIX. Referências para educação. Mapas Editora & Consultoria, 2012

CASTRO, Y. P. “Falares africanos na Bahia – um vocabulário afro-brasileiro”. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, 366p.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro: IBGE - PNAD, 1996

MELO, A. Setenta e cinco por cento dos escravos levados para o Brasil eram Bantu. *Jornal de Angola*, 10/9/2008. Luanda – Angola.

PMS. OCEPLAN - Projeto MAMNBA – Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros na Bahia. Relatório Técnico. Salvador, 1981